

**A COMISSÃO PARITÁRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE 1968 E A
REFORMA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Macioniro Celeste Filho

**Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História,
Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP**

Eixo temático 2 – História da profissão docente e das instituições escolares

Em 1968, a Reforma Universitária está em pleno andamento nas instituições de ensino superior brasileiras. Na Universidade de São Paulo é apresentada a proposta de sua reforma através de um grupo específico que redigiu o Memorial para a Reestruturação da USP. Em meados de 1968, este Memorial deveria ser discutido pelos corpos docente e discente da Universidade. Tal discussão ocorreu diferentemente em unidades diversas da instituição. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL – este debate ocorreu na sua Comissão Paritária para a reforma da USP. O atual trabalho, parte de minha tese de doutorado, analisará a atuação e as propostas desta comissão.

No dia da divulgação do Memorial para a Reestruturação da USP – 26/06/1968 – na reunião da Congregação da FFCL, José Arthur Gianotti apresenta a seguinte proposta:

Propomos que a Congregação desta Faculdade se reúna com a maior urgência possível com seu corpo docente, com seus funcionários e com seus estudantes para discutirem a reforma universitária. Seguem-se vários debates em torno do assunto, manifestando-se de acordo os Profs. Eurípedes Simões de Paula, Florestan Fernandes e Mário Schenberg por acharem conveniente ouvir a opinião dos estudantes sobre o assunto. Submetida a votos e aprovada com voto contrário do Prof. Eduardo d'Oliveira França. Assim sendo, é sugerido e aprovado que a reunião deverá ser realizada no anfiteatro do Departamento de História no dia 02/07/1968, às 14:00 horas.¹

Em 02/07/1968, a reunião da Congregação da FFCL é aberta à participação dos professores e alunos. Erwin Theodor Rosenthal – Diretor da FFCL – alerta que a sessão não era uma assembléia, mas reunião para troca de opiniões. Bernardino Figueiredo – estudante de Geologia e Presidente do Grêmio de Estudantes da FFCL – declara:

Os alunos vêm discutindo em assembléias os problemas com que se defronta a USP. Diz, ainda, que ficou decidido trazer a esta reunião a proposta de constituição de uma Comissão Paritária de alunos e professores com o objetivo de sintetizar os projetos dos diversos cursos da Faculdade. (...)

Emília Viotti da Costa propõe: 1 – Que seja incluída na Ordem do Dia a discussão da Declaração de Princípios aprovada em Assembléia Universitária; 2 – Que seja discutida a constituição de uma Comissão Paritária geral da FFCL com o objetivo de propor um projeto de Reestruturação da FFCL, tendo em vista a reestruturação da Universidade de São Paulo. (...)

Paulo Sawaya, em nome dos docentes dos cursos de Ciências Biológicas e de História Natural da Faculdade, em reunião efetuada em 29/06/1968, [afirma que os professores] deliberaram, por unanimidade, enviar à Congregação da FFCL a seguinte proposta: “Que a Congregação da FFCL institua, oficialmente, comissões cujos membros serão eleitos entre os docentes e

¹ - *Atas da Congregação da FFCL-USP, 26/06/1968. Livro X, fl. 29.*

estudantes, ao nível de Departamento e Cadeiras Autônomas, para estudar a reforma universitária.² (...)

Após prolongados debates durante os quais se manifestam professores e alunos, o Sr. Presidente [Erwin Rosenthal] declara que submeterá a votos as seguintes propostas, que consubstanciam as diversas opiniões emitidas. Votam somente os membros da Congregação. 1ª - Que esta reunião da Congregação seja transformada em reunião deliberativa. Aprovada por vinte e quatro votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. 2ª - A Congregação resolve que se nomeie uma Comissão Paritária de professores, alunos e funcionários. O número e o nome dos representantes de cada categoria, como os da Congregação, deverão ser, posteriormente, indicados. Aprovada por vinte e dois votos favoráveis e quatro contrários.³

Na FFCL-USP, a criação da Comissão Paritária não foi um consenso. O principal setor a lutar contra a atuação da Comissão Paritária foi o Departamento de Educação. Em nota publicada pela imprensa, o Departamento de Educação desautoriza a atuação da Comissão Paritária, pois ela usurpava as funções do Conselho Departamental; ato que a Congregação não teria legitimidade em autorizar. Trata-se de mais um arranhão na autoridade da Congregação da FFCL; o Conselho Departamental de Educação não reconhece a competência da decisão votada pela Congregação da Faculdade.

A tese de Livre-Docência, defendida três anos depois da atuação da Comissão Paritária da FFCL, de outro professor do Departamento de Educação – Heladio Antunha – exemplifica como parte do corpo docente de Pedagogia via a Comissão Paritária:

Como nunca, a universidade brasileira esteve, então, ameaçada em um dos seus princípios fundamentais: na idéia de que a autoridade e a hierarquia universitárias devem basear-se na evidência do mérito objetivamente comprovado e na maior experiência e maturidade. A instituição das comissões paritárias – e algumas chegaram a funcionar “de fato”, mesmo na USP, como um poder paralelo ao dos órgãos tradicionais como o Conselho Universitário, as Congregações e os Conselhos de Departamento – representava na prática a transferência da autoridade e do governo universitário para os estudantes mais radicais e aos professores a eles associados, criando-se, assim, os elementos indispensáveis para se transformar a instituição num instrumento de luta política, num bastião ideológico e numa base logística para as incursões revolucionárias contra o regime vigente. O período das paritárias foi, na realidade, em muitos casos, um momento de delírio coletivo, em que estudantes e alguns professores chegaram a “posar para a história” e pronunciar frases de efeito, que a crônica da USP merece registrar: “São as minorias que fazem a história”. “Todo o poder para as paritárias”, e outras de teor semelhante.⁴

Em 08/07/1968, a Congregação, recordando que a Comissão Paritária era consultiva e não deliberativa, ratifica a eleição de dez dos quatorze membros docentes. Os alunos e funcionários também elegerão seus representantes.⁵

² - *Atas da Congregação da FFCL-USP*, 02/07/1968. Livro X, fls. 31-32.

³ - *Atas da Congregação da FFCL-USP*, 02/07/1968. Livro X, fls. 32-33.

⁴ - Heladio Cesar Gonçalves Antunha. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974, pp. 183-184.

⁵ - Representantes da Congregação: Simão Mathias (Química) e José Cavalcante de Souza (Letras). Representantes dos Livre-Docentes: Maria José Garcia Werebe (Pedagogia) e Pasquale Petrone (Geografia). Representantes dos Professores Colaboradores: Antonio Cândido de Mello e Souza (Letras) e Francisco Jerônimo Salles Lara (Biologia). Representantes dos Professores Instrutores: Ruy Fausto (Filosofia) e Douglas Teixeira Monteiro (Ciências Sociais). Representantes dos Professores Doutores: Elly Silva (Física) e Sérgio de Almeida Rodrigues (Biologia). *Atas da Congregação da FFCL-USP*, 08/07/1968. Livro X, fl.38. Posteriormente seriam eleitos os dois representantes dos Professores Associados e os dois representantes dos Professores de Disciplina. No relatório final da Comissão Paritária constam os nomes de outros quatro

A existência da Comissão Paritária da FFCL como órgão consultivo de sua Congregação durou apenas um único dia. No dia seguinte à ratificação pela Congregação de seus representantes docentes, Erwin Rosenthal declara que, mesmo com tal gesto, os alunos não desocuparam a sede da Faculdade na rua Maria Antônia. O Diretor demissionário propõe que, se até a manhã seguinte (10/07/1968) os estudantes não desocupassem os prédios da Maria Antônia, a Comissão Paritária deixaria de ser respaldada pela Congregação.⁶ A proposta foi aprovada, com as abstenções de Lindo Fava, José Arthur Gianotti e Octávio Ianni. Votaram contra Florestan Fernandes e Bento Prado de Almeida Ferraz Júnior.⁷ Portanto, a Comissão Paritária da FFCL ficou numa situação ambígua: num dia, o órgão máximo da faculdade referenda a escolha docente para a comissão; no dia seguinte, alegando questões estudantis, desautoriza a mesma comissão. A Comissão Paritária trabalhará neste limbo: foi oficial e tornou-se oficiosa. Porém, de fato, a Congregação se livrou da tarefa de posteriormente ter que debater as propostas da Comissão Paritária.

O coordenador da Comissão Paritária era o professor Sérgio de Almeida Rodrigues; o vice-coordenador era o aluno Bernardino Figueiredo. O relator era o professor Antonio Cândido de Mello e Souza; o vice-relator era o aluno Luís Carlos de Menezes.⁸ Nesta pesquisa, buscou-se entrevistar estes coordenadores e relatores.⁹

Bernardino Figueiredo, após o AI-5, exilou-se no Chile. Em 1973, dirigiu-se para a Suécia, concluindo seu doutorado em Geologia na Universidade de Uppsala. Em 1979,

professores: Alfredo Bosi (Letras), Carlos Benjamin de Lyra (Matemática), José Pereira de Queiroz (Geografia) e Sérgio Massaro (Química). Dos dois representantes dos funcionários, no relatório final da Comissão Paritária constam os nomes de Flávio Hipólito (Administração) e Ney Lacerda (Administração). Do representante dos ex-alunos e quatorze representantes discentes, no relatório final da Comissão Paritária constam os nomes de Bernardino Ribeiro de Figueiredo (Geologia), Elias de Rocha Barros (Psicologia), Etelvino José Henrique Bechara (Química), Helena Hirata (Filosofia), Ivan A. do Amaral (Geologia), José Álvaro Moisés (Ciências Sociais), José Luiz Beraldo (Letras), Kunio Suzuki (História), Leila Tavares de Mattos (Biologia), Lígia Batista Silva (Letras), Luís Carlos de Menezes (Física), Maria Ângela Rua de Almeida (Matemática), Mauro de Mello Leonel Júnior (Grêmio), Pedro Paulo Demartini (Pedagogia) e Sinclair Guimarães Cechine (Geografia).

⁶ - Erwin Rosenthal, em 18/07/1968, encaminhou ofício a Mario Guimarães Ferri solicitando que fossem tomadas as “medidas judiciais cabíveis” para a desocupação da FFCL. Exatamente neste dia, a pedido de Alfredo Buzaid – Diretor da Faculdade de Direito – a Polícia Militar invadiu a USP e expulsou os alunos que ocupavam a Faculdade de Direito. Existe a possibilidade de que o pedido de Erwin Rosenthal justificasse algo semelhante. Neste caso, Mario Guimarães Ferri – Reitor da USP e Diretor licenciado da FFCL – encaminhou a solicitação à consultoria jurídica da Universidade. Providências na Faculdade de Filosofia. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19/07/1968, p. 32.

⁷ - *Atas da Congregação da FFCL-USP*, 09/07/1968. Livro X, fl. 43.

⁸ - *Relatório da Comissão Paritária da FFCL-USP*, 15/09/1968, p. 15.

⁹ - O Prof. Sérgio de Almeida Rodrigues faleceu em 2001. Em novembro de 2005, conversou-se por telefone com o Prof. Antonio Cândido; ele combinou em conceder entrevista no mês seguinte. Em dezembro, na data provável da entrevista, sua esposa – Prof^a. Gilda de Mello e Souza – teve sua saúde agravada e foi hospitalizada, vindo a falecer em 25/12/2005. Dois meses depois, em 25/02/2006, em novo contato telefônico, o Prof. Antonio Cândido explicou que não estava em condições de ser entrevistado.

com a anistia, retornou ao Brasil; desde então leciona na UNICAMP. Em entrevista gravada em 05/09/2005, Bernardino Figueiredo esclareceu por que não poderia relatar os acontecimentos da Comissão Paritária: durante as reuniões da Comissão, ele estava preso. Fora detido numa passeata estudantil em julho de 1968 e libertado do DOPS em 12 de outubro do mesmo ano. A Comissão Paritária da FFCL apresentou seu relatório final à Congregação em 15 de setembro de 1968. Bernardino Figueiredo leu novamente o relatório final da Comissão Paritária e ajudou imensamente na interpretação de tópicos que serão analisados a seguir.

Luís Carlos de Menezes, após o AI-5, exilou-se nos EUA, onde concluiu seu mestrado em Física na Universidade Carnegie Mellon. Entre 1971 e 1974, doutorou-se em Física na Universidade Regensburg – Alemanha. Em 1974 retornou ao Brasil; desde então leciona na USP. A entrevista gravada em 21/02/2006 foi de extrema importância na compreensão das atividades da Comissão Paritária da FFCL e de seu relatório final.

O que tanto assustava na possibilidade de uma comissão formada por professores e alunos propor rumos para a universidade reformada? Por que a atuação da Comissão Paritária foi vista por parte do corpo docente como “momento de delírio coletivo, em que estudantes e alguns professores chegaram a posar para a história”? O que existia de tão radicalmente amedrontador nas propostas da Comissão Paritária da FFCL? Pode-se antecipar que o medo era provocado pela possibilidade de uma relação harmoniosa entre o movimento estudantil e professores favoráveis a novas formas institucionais e acadêmicas para a universidade. Medo de que o corpo docente e as lideranças estudantis que se dispunham a discutir em patamar de igualdade, em plena reforma, chegassem a um consenso. Estes professores e estudantes pensavam a reforma da Universidade; é apropriado, portanto, denominá-los de reformistas. Se a atuação conjunta de parte do corpo docente em parceria com os estudantes reformistas provocava medo, pode-se imaginar os efeitos causados sobre o corpo docente conservador dos atos dos estudantes revolucionários: pavor, profundo e estupefato pavor. O pavor da revolução provocava reação clara: opção pela ordem, qualquer que fosse a ordem, mesmo a autoritária. Porém, como reagir ao medo de uma possível reforma pactuada entre parte do corpo docente e a representação estudantil reformista? A difícil indefinição de como responder a esta questão passará por meses os debates sobre a reforma da USP.

Ao contrário da visão que se formou sobre a possibilidade de colegiados com representação igualitária do corpo docente e dos estudantes, a Comissão Paritária não pretendia abolir a hierarquia baseada no mérito acadêmico:

Não se trata de negar a existência de problemas especificamente técnicos, nem a desigualdade de competências. (...) O que se pretende é que assembleias e colegiados paritários decidam como devem ser distribuídas as responsabilidades através das diferentes funções. Neste sentido, a participação paritária dos estudantes não virá questionar a hierarquia real do saber; virá antes valorizá-la e protegê-la da hierarquia administrativa e burocrática.¹⁰

É oportuno recordar que o redator da proposta da Comissão Paritária era o Prof. Antonio Cândido de Mello e Souza. A possibilidade de colegiados com representação igualitária entre professores e alunos era concebida como algo a proteger a “hierarquia real do saber” da “hierarquia administrativa e burocrática”. Junto com a extinção da cátedra, colegiados paritários impediriam que os departamentos e institutos da nova universidade fossem dominados pela burocracia administrativa. Esta, na visão da Comissão Paritária, dificultava que a “hierarquia real do saber” cumprisse as verdadeiras funções da Universidade. Pretende-se resguardar a hierarquia do saber das injunções do jogo burocrático-administrativo comum em qualquer grande instituição, mas que não deveria ser preponderante na Universidade. Neste sentido, até para moralizar a ascensão na hierarquia do saber, a Comissão Paritária propõe algo que não era então obrigatório: a defesa pública da tese de doutorado. Colegiados paritários, quer seja nos conselhos departamentais ou nos futuros institutos, deveriam proteger a hierarquia do saber, comprovada em títulos e na produção acadêmica, da burocratização institucional, tão comum na Universidade. É injustificada a afirmação de que a Comissão Paritária da FFCL pretendia ameaçar a idéia de que a autoridade e a hierarquia universitárias deveriam basear-se no mérito acadêmico. Além do que, não se propunha que os órgãos diretivos, nos futuros departamentos e institutos, fossem paritários; apenas os órgãos deliberativos deveriam sê-lo.¹¹ A Comissão Paritária propunha instrumentos efetivos para se alcançar a autonomia universitária:

¹⁰ - *Relatório sobre a reforma da Universidade de São Paulo da Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. 15/09/1968, p. 2. Volume III do Processo da Reitoria da USP (RUSP) nº 29.714/66. No Vol. III, o Relatório da Comissão Paritária da FFCL está arquivado entre as páginas 734 e 751. Neste mesmo processo estão também arquivadas as posições oficiais dos seguintes órgãos: Vol. II, pp. 460-471 – Fórum da EESC. Vol. II, pp. 472-478 – Comissão Paritária da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Vol. II, pp. 479-528 – Comissão Paritária da FCEA [atual FEA]. Vol. II, pp. 530-535 – Fórum da Faculdade de Odontologia de Bauru. Vol. II, pp. 537-552 – Posição do IEB. Vol. III, pp. 564-630 – Comissão Paritária da Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Vol. III, pp. 631-657 – Comissão Paritária da ESALQ. Vol. III, pp. 659-664 e 773-775 – Posição do Instituto de Pré-História – assinado pelo seu Diretor: Paulo Duarte. Vol. III, pp. 682-690 – Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária. Vol. III, pp. 691-704 – Comissão Paritária da Escola de Enfermagem. Vol. III, pp. 705-709 – Corpo docente da ECC [atual ECA]. Vol. III, pp. 710-713 – Congregação da Faculdade de Farmácia e Bioquímica. Vol. III, pp. 726-733 – Comissão Paritária da Faculdade de Odontologia. Vol. III, pp. 752-756 – Congregação da Escola Politécnica. Vol. III, pp. 757-761 – Posição do Instituto Astronômico e Geofísico. Vol. III, pp. 766-771 – Posição do Instituto Oceanográfico.

¹¹ - *Idem*, p. 6.

A Universidade deve ficar a salvo de ingerências externas, sejam elas econômicas, culturais, sociais, políticas ou militares. (...)

A ampliação da autonomia, requisito de uma verdadeira reforma, está baseada em dois aspectos principais:

1 – Autonomia de governo. Não é possível que os dirigentes da Universidade Nova sejam escolhidos ou referendados pelo Governo. A responsabilidade universitária não pode ficar vinculada a órgãos e autoridades que a situem no horizonte estreito de interesses políticos imediatos. A Universidade é capaz de escolher ela própria os seus dirigentes.

2 – Autonomia financeira. Um dos fatores que entravam a reformulação da estrutura universitária, em função das necessidades reais do nosso meio, é o modo por que o Estado efetua a concessão dos recursos destinados à Universidade. Os obstáculos e limites impostos ao aumento de verbas são uma forma concreta de reduzir a sua autonomia. (...) Uma Universidade realmente autônoma deve receber diretamente do Estado, sem intervenção arbitrária de órgãos intermediários, um percentual fixo da arrecadação total, competindo-lhe decidir livremente sobre a aplicação de tais recursos.¹²

A idéia de um percentual fixo da arrecadação de impostos do Estado de São Paulo como verba destinada diretamente ao sistema universitário estadual será efetivada somente duas décadas depois, devido à pressão de greve docente.

Questionou-se o Vice-Relator – Luís Carlos de Menezes – sobre a composição política dos membros da Comissão:

Luís Carlos de Menezes: A Comissão Paritária fazia uma síntese de diferentes correntes de pensamento transformador. Não havia nenhuma representação sectária dentro da Comissão. Havia uma pluralidade de visões; era um convívio muito gostoso.¹³

Mencionou-se que em outras ocasiões percebia-se uma postura de confronto entre os estudantes e o corpo docente.

Luís Carlos de Menezes: Não na [Comissão] Paritária. Na Paritária, com certeza não. Não é verdade que todos os professores da Paritária fossem militantes de esquerda. Mas, é verdade que todos eram sinceros democratas. Então, o convívio era de uma notável qualidade. A vivências como esta, devo boa parte de minha formação social, crítica e ética. Basta ver a história destes personagens. O que fizeram depois? (...) Teve muita gente que bandeou de camisa ou decepcionou; não os da Paritária. (...) Ninguém se vendeu.¹⁴

Luís Carlos de Menezes, em 1968, era professor recém contratado da Escola Politécnica da USP e aluno de pós-graduação em Física na FFCL. Na Comissão Paritária, como Vice-Relator, via a Reforma Universitária de ambos os ângulos, como docente e como aluno. Neste sentido, ressaltou a importância das aulas ministradas na forma de cursos livres durante a ocupação da sede da FFCL, no segundo semestre de 1968, período das reuniões da Comissão Paritária. O entrevistado apresenta a atuação da Comissão e os cursos livres como o elo entre os professores progressistas e os alunos em greve da FFCL:

Luís Carlos de Menezes: Havia também os cursos que lecionamos durante a longa greve de 1968. Eu era aluno da pós-graduação, mas era também professor nestes cursos. Tinha prova, lista de chamada. Tanto é que, depois, nós conseguimos que os cursos fossem reconhecidos. Eu era um dos que faziam a ponte entre os professores e alunos. Era curiosidade da ditadura compreender esta ligação. Quando os militares perceberam, no dia seguinte eu estava no exterior.¹⁵

¹² - Idem, p. 3.

¹³ - Entrevista gravada com Luís Carlos de Menezes em 21/02/2006.

¹⁴ - Idem.

¹⁵ - Idem.

Esta proximidade entre corpo docente e discente provocou medo nos professores conservadores. A pressão do movimento estudantil, em sintonia com professores que eram representantes eleitos diretamente pelo corpo docente da Faculdade, possibilitaria projetos alternativos viáveis para os destinos da FFCL. O caso mais contundente ocorreu com o Departamento de Educação. Este é um dos motivos para que Roque Spencer Maciel de Barros – Diretor do Departamento de Educação – e, posteriormente, Heladio Antunha – um de seus professores – demonstrassem tanta aversão à Comissão Paritária.

A Comissão Paritária propunha que todos os alunos dos dois semestres iniciais dos cursos dos Institutos a serem criados com o desmembramento da FFCL passassem por um Primeiro Ciclo, compreendendo matérias essenciais a grandes áreas do conhecimento. Depois deste Primeiro Ciclo:

O Centro de Orientação Educacional e Psicológica e o Centro de Informação Educacional e Ocupacional da Universidade, sob a responsabilidade dos setores de Psicologia e de Orientação Educacional, encarregar-se-ão de ajudar os estudantes a fazer suas opções curriculares. (...)

O ingresso nos cursos de Segundo Ciclo dependerá do cumprimento de créditos e requisitos, segundo exigências fixadas pelos Departamentos ou Institutos.

A Diretoria de Ensino [dos Institutos] fixará, anualmente, para os cursos [de Segundo Ciclo] as vagas que poderá oferecer para cada um deles, devendo levar em conta:

As propostas feitas pelas Comissões de Ensino, elaboradas na base das disponibilidades materiais e humanas dos Departamentos e Institutos.

As aspirações dos estudantes, cujo levantamento será feito pelo Centro de Orientação Educacional e Psicológica.¹⁶

A proposta de reforma da USP elaborada pela Comissão Paritária da FFCL não especificava quais Institutos deveriam ser formados ou quais suas atribuições. No entanto, destinava papel importante ao Centro de Orientação Educacional e Psicológica. Um dos membros da Comissão Paritária era a Prof^a. Maria José Garcia Werebe. É provável que seja contribuição sua a relevância dada ao Centro de Orientação Educacional e Psicológica neste projeto de reforma.

Maria José Garcia Werebe era Livre-Docente, através de concurso, na cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada da FFCL-USP desde 1952. Em 1961, foi contratada para reger a disciplina de Orientação Educacional. Na década de 1960, o setor de Orientação Educacional ampliou-se significativamente.

Maria José Garcia Werebe: Em 1967, tive sério conflito com a direção do Departamento de Educação da Faculdade, ao qual o setor de Orientação Educacional estava vinculado. Na verdade, este conflito teve início quando decidi não assinar o documento de solidariedade ao professor Laerte Ramos de Carvalho, então reitor da Universidade de Brasília, responsável pela destruição daquele estabelecimento.¹⁷

¹⁶ - *Relatório da Comissão Paritária da FFCL-USP*, 15/09/1968, pp. 9-10.

¹⁷ - Depoimento de Maria José Garcia Werebe publicado por Walter Esteves Garcia (Org.). *Educadores brasileiros do século XX*. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 248. Apresentou-se, por correspondência, versão inicial deste texto a Maria José Garcia Werebe. Por residir, desde 1969, em Paris, executou-se entrevista com Maria José Garcia Werebe em 06/06/2006 através de e-mail.

Ainda em 1967, devido à reestruturação do Colégio de Aplicação, os setores de Orientação Educacional (Prof^ª. Maria José Garcia Werebe) e de Didática Geral e Especial (Prof^ª. Amélia Americano Domingues de Castro) entraram em conflito. Com o afastamento do Diretor do Colégio de Aplicação – Clóvis da Silva Bojikian – em 11/10/1967, pelo então recém eleito Diretor do Departamento de Educação – Roque Spencer Maciel de Barros, os alunos decidem entrar em greve e, em 19/10/1967, ocupar o Colégio de Aplicação.¹⁸

Maria José Garcia Werebe: O Diretor do Departamento de Educação [Roque Spencer Maciel de Barros], com anuência de outros membros do Departamento, decidiu apelar para a polícia, a fim de desalojar os alunos da instituição. A intervenção da polícia foi brutal e traumatizou a maioria dos alunos. O relato desta intervenção foi feito pelo delegado responsável ao diretor da Faculdade, professor Erwin Rosenthal, que me acompanhou até a delegacia para saber do ocorrido. Decidi, sob o impacto desses acontecimentos, encaminhar ao diretor da Faculdade uma carta de protesto, na qual considerei que meus colegas, implicados nos acontecimentos, tinham recorrido a meios indignos para subjugar os alunos, evidenciando assim total inépcia como educadores. Diante desta carta, o Conselho do Departamento [de Educação] decidiu declarar-me *persona non grata* aos seus membros.¹⁹

Desde então, Maria José Garcia Werebe e o setor de Orientação Educacional tinham sérias dificuldades de convivência no Departamento de Educação da FFCL. Portanto, na proposta de reforma da Faculdade elaborada pela Comissão Paritária, da qual Maria José Garcia Werebe participava como representante eleita pelos professores livre-docentes, encontra-se a menção ao Centro de Orientação Educacional e Psicológica, “sob a responsabilidade dos setores de Psicologia e de Orientação Educacional”. Durante a reformulação da USP, uma das possibilidades do setor de Orientação Educacional sobreviver seria se associando ao futuro Instituto de Psicologia a ser criado com a reforma. O Centro de Orientação Educacional e Psicológica, caso a proposta da Comissão Paritária fosse analisada pela Congregação da FFCL, teria papel crucial na articulação dos diversos institutos a serem criados, quaisquer que fossem. Isto era intolerável para grande parte do Conselho do Departamento de Educação.

Maria José Garcia Werebe lutou com obstinação para que o setor de Orientação Educacional não fosse eliminado no processo de reformulação universitária. Neste sentido, teve apoio incisivo do último Diretor da FFCL – Eurípedes Simões de Paulo, e, também, de Simão Mathias – membro, em 1968, da Comissão Paritária da FFCL e membro da

¹⁸ - Para uma análise detalhada da crise do Colégio de Aplicação da USP, consultar Mirian Jorge Warde. O Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo. Publicada na obra coordenada por Walter Esteves Garcia. *Inovação Educacional no Brasil*. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1980. Walter Esteves Garcia foi entrevistado em 24/08/2005 por sua proximidade com Maria José Garcia Werebe e com o tema da pesquisa.

¹⁹ - Walter Esteves Garcia (Org.). *Educadores brasileiros do século XX*. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 249.

comissão do Conselho Universitário que em 1969 definiria a estrutura dos novos Institutos formados com a reforma da USP.

Em fevereiro de 1969, Maria José Garcia Werebe apela diretamente ao Conselho Universitário (ofício 142/69 de 14/02/1969) para que o Setor de Orientação Educacional fosse transferido do Departamento de Educação para o nascente Instituto de Psicologia. Se os professores das diversas unidades da USP apelassem diretamente ao Conselho Universitário, manifestando divergência sobre seus próprios destinos devido à Reforma Universitária, este Conselho não faria outra coisa além de averiguar os descontentamentos docentes. Ao pesquisar dois anos das atas do Conselho Universitário (1968 e 1969), constata-se que o caso da Prof^a. Maria José Garcia Werebe foi o único a ser analisado pelo Conselho, por solicitação explícita de Eurípedes Simões de Paula – Diretor da FFCL.

A aprovação no Conselho Universitário da USP para que o setor de Orientação Educacional fosse transferido para o futuro Instituto de Psicologia contrariou os interesses do grupo de Roque Spencer Maciel de Barros para as atribuições da futura Faculdade de Educação.

Em setembro de 1969, deveria ser renovado o contrato de Maria José Garcia Werebe na função de professor-colaborador junto à disciplina de Orientação Educacional, ato corriqueiro até então; tanto que o Conselho Técnico Administrativo da FFCL apresentou parecer favorável à renovação. Em 30/09/1969, a Prof^a. Amélia Americano Domingues de Castro apresenta na Congregação moção contrária à renovação do contrato.

Com a palavra a Prof^a. Amélia Americano Domingues de Castro. (...) Diz que são dois os motivos pelos quais não convém renovar o contrato da Prof^a. Maria José Garcia Werebe: 1) A crise no Colégio de Aplicação quando da proposta de revisão do regulamento. Os alunos tomaram atitudes que estarreceram a todos nós. Promoveram greves e ocuparam o próprio edifício do Colégio. A posição da Prof^a. Maria José Garcia Werebe foi favorável aos alunos e contra o Departamento de Educação. 2) Cada vez mais se exige trabalho de equipe, em nível de departamento. Entretanto, vemos um membro de departamento divergir totalmente da orientação adotada e atuar contra as suas decisões. (...)

Em seguida, o Prof. Laerte Ramos de Carvalho faz uso da palavra para dizer que (...) o Departamento de Educação, durante a crise, declarou a Prof^a. Maria José Garcia Werebe *persona non grata*.²⁰

O professor responsável pelo setor de Administração Escolar e Educação Comparada do Departamento de Educação – Carlos Corrêa Mascaro – discorda da proposta de demissão da Prof^a. Maria José Garcia Werebe. Além de docente da FFCL, Carlos Corrêa Mascaro era membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Com a palavra o Prof. Carlos Corrêa Mascaro dizendo que, a seu ver, a expressão *persona non grata* não tem fundamento legal para afastar um docente do departamento e não renovar seu

²⁰ - Atas da Congregação da FFCL-USP, 30/09/1969. Livro XI, fls. 167-168.

contrato. Ressalva que esta opinião [de que ela fosse *persona non grata*] é do Conselho [do Departamento de Educação] e não da maioria dos professores do Departamento de Educação.²¹

Após longos debates, no dia 02/10/69, a renovação do contrato de Maria José Garcia Werebe vai a votação na Congregação. É renovado por apenas um voto de diferença: 17 votos a favor da renovação, 16 votos contra. Na penúltima reunião da Congregação da FFCL, é analisada a solicitação da Prof^a. Maria José Garcia Werebe de transferência para a Cadeira de Psicologia (Departamento de Psicologia Social e Experimental), onde se encontra a matéria Orientação Profissional. O pedido é aprovado pela Congregação.²²

Mesmo com o contrato renovado e tendo sido transferida para o Departamento de Psicologia, no final de 1969, a situação de Maria José Garcia Werebe tornou-se insustentável.

Maria José Garcia Werebe: Com os inimigos que tinha no Departamento de Educação (que não tiveram escrúpulos em me denunciar ao responsável pelo inquérito policial da Faculdade), fui obrigada a deixar o país. Exilei-me, com meu esposo e duas filhas, na França.²³

É derrotada a proposta de um Centro de Orientação Profissional e Psicológica, ligado ao Instituto de Psicologia, orientar a opção curricular dos alunos do segundo para o terceiro semestre de seus cursos, após um ano de formação comum. Vence a visão do grupo ligado a Roque Spencer Maciel de Barros, de que a integração curricular deveria ser feita nos semestres finais dos cursos pela Faculdade de Educação.

Aos perdedores, o exílio.

Seriam viáveis as propostas da Comissão Paritária da FFCL? Isto é, colegiados paritários nos Departamentos e Institutos; carreira docente vinculada à titulação e produção científica; ciclo básico comum a todos os alunos dos Institutos que substituíssem a FFCL; orientação educacional a balizar um currículo flexível? Questionou-se Luís Carlos de Menezes – Vice-Relator da Comissão Paritária – sobre esta hipótese.

Luís Carlos de Menezes: Uma coisa era acreditar na funcionalidade, na viabilidade; aí sim, havia uma convicção clara. O que não havia em muitos de nós era qualquer convicção de que nós conseguiríamos implantar esta proposta.²⁴

O relatório final da Comissão Paritária foi apresentado à Congregação da FFCL em setembro de 1968. A Congregação não discutiu as propostas contidas neste relatório. Erwin Rosenthal – Diretor da FFCL – enviou o relatório ao Conselho Universitário da USP, onde foi posteriormente analisado.

²¹ - Idem, fl. 168.

²² - *Atas da Congregação da FFCL-USP*, 26/11/1969. Livro XI, fl. 186.

²³ - Walter Esteves Garcia. *Educadores brasileiros do século XX*. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 250.

²⁴ - Entrevista gravada com Luís Carlos de Menezes em 21/02/2006.